

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

- 1 -----SESSÃO ORDINÁRIA-----
2 -----REUNIÃO DO DIA 10 DE JANEIRO DE 2014-----
3 -----ATA NÚMERO UM / DOIS MIL E CATORZE-----
4 -----COMPOSIÇÃO DA MESA:-----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte;-----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha.-----
8 -----PRESENCAS: Estiveram presentes os senhores:-----
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----
10 - Ricardo Manuel Silva Fernandes;-----
11 - Dina Maria Ribeiro Maurício;-----
12 - José Victor Ribeiro Silva;-----
13 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva;-----
14 - José Pires;-----
15 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----
16 - Maria Helena Rebelo Santos;-----
17 - Carlos João Fernandes Pereira da Fonseca;-----
18 - António Fernando Lopes;-----
19 - Rute Isabel Brazão Correia;-----
20 - José Carlos Martins Ramalhete;-----
21 - Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha;-----
22 - Vitória Maria Cardoso Pereira;-----
23 - Maria da Graça Romão Jesus Rua;-----
24 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
25 - Maria de Fátima Figueiredo Viola Santos;-----
26 - José Henrique Silva Santos;-----
27 - Maria Fernanda Quadros Figueiredo Dantas;-----
28 - Carlos Fernando Faria Duarte;-----
29 - José Alberto Simões Rocha;-----
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano
31 Júnior;-----
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça;-----
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano;-----
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino;-----
35 -----OUTRAS PRESENCAS: Estiveram igualmente presentes os senhores:-----
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira;-----
37 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva;-----
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos;-----
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte;-----
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino;-----
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira;-----
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra;-----
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----
44 - Técnica superior jurista Elsa Margarida Costa Santos;-----

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

45 - Chefe da divisão de obras particulares e planeamento urbanístico Alberto Jorge
46 Oliveira Jerónimo; -----
47 - Chefe da divisão de obras e infra-estruturas municipais Maria Antónia Palma Vargas;-
48 - Chefe da divisão financeira Regina Paula Jesus Aires;-----
49 - Técnica superior Cidália Maria Pancrácio Santos;-----
50 - Técnica superior Ana Beatriz Costa Martins;-----
51 -----Pelos 21:25 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou a
52 sessão aberta. -----
53 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO,**
54 **G.O.P. E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BOMBARRAL PARA O ANO DE**
55 **2014:** O senhor Ricardo Fernandes (PS) referiu que o senhor Presidente da Assembleia
56 não deixou ler a declaração de voto do ponto 3 da ordem do dia da presente sessão
57 pelo que o regimento foi completamente ultrapassado, não permitindo a inclusão da
58 declaração de voto na acta. Lamentou imenso que com um discurso extemporâneo o
59 senhor Presidente da Assembleia não tenha permitido a leitura da declaração de voto
60 vencido. -- -----
61 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou que estamos a
62 começar mal esta reunião. Considerou extemporânea esta intervenção porque já tinham
63 iniciado a discussão do ponto 4 da ordem do dia. Informou que a declaração de voto
64 referida foi incluída em acta, Compreende que é a primeira vez que algumas pessoas
65 estão na Assembleia Municipal mas não se podem interromper constantemente porque
66 temos regras para falar das coisas nos momentos próprios. Quanto muito esta questão
67 poderia ser colocada no período antes da ordem do dia da próxima sessão ordinária.---
68 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o orçamento importa em 11,564
69 milhões de euros, sendo dos orçamentos mais contidos. A receita e a despesa de
70 capital previstos é de 3,263 milhões de euros e a receita e despesa corrente prevista é
71 de 8,330 milhões de euros. Lembrou que em anos anteriores os orçamentos andavam
72 na ordem dos 20 milhões de euros, tendo reduzido em 2013 para 14,6 milhões de euros
73 e reduzindo ainda mais significativamente. Isto deriva também de algumas imposições
74 da lei que obriga à elaboração de orçamentos sob o diapasão da receita do ano
75 anterior. Frisou que é o orçamento mais baixo da última década. Sendo um orçamento
76 muito contido por forma a não comprometer a despesa para além da efectiva
77 capacidade de arrecadação de receita. Este orçamento tem efeitos retroactivos a 01 de
78 Janeiro porque dentro do princípio da anualidade, pelo que a sua aprovação será
79 reportada aquela data. -----
80 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que este orçamento o faz lembrar de
81 uma citação do senhor José Manuel Vieira enquanto candidato a Presidente de
82 Câmara, quando referiu que estava finalmente em condições de haver investimento,
83 bastando ganhar as eleições para estarmos no país das maravilhas. Gostava de
84 explicações sobre o não haver qualquer tipo de investimento nesta proposta de
85 orçamento. O que gostava de ver são projectos mas não da OesteCIM e sim da
86 Câmara Municipal. Quanto às comemorações do centenário do concelho, referiu que
87 sem dúvida que as mesmas têm que ter a máxima dignidade mas questiona qual é o
88 programa pois dizer que é com imaginação e criatividade é muito vago. Existe uma
89 previsão de venda de terrenos pelo que pergunta se há compradores, uma vez que o

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

90 país está em crise profunda há vários anos. Já lá vão quatro anos de presidência José
91 Manuel Vieira e parece-lhe que se calhar vamos ao fundo. A introdução do orçamento
92 tem grande inteligência e perícia mas é um discurso oco. O que há de concreto é o
93 aumento da despesa com vereadores que vão custar mais do que as verbas que têm
94 para gerir. -----

95 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que a CDU considera que este é um
96 orçamento irreal, onde temos uma verba de 1,8 milhões de euros para terrenos que não
97 vão ser vendidos. Temos 1,5 milhões de euros para os terrenos do Falcão não sabendo
98 se os vão vender de novo ou se já estão concessionados aos ingleses. Este é um
99 orçamento fictício e à partida está ferido de morte porque ninguém vai comprar estes
100 terrenos e muito menos pelos valores referidos. Lembrou que o senhor Presidente da
101 Câmara diz que tem uma carteira de investimentos mas não diz quais são. Quanto ao
102 centenário do concelho, disse ser uma data importante mas isso não fica espelhado nas
103 verbas previstas. Fala-se na redução de custos mas há um aumento das despesas com
104 cargos políticos remunerados. Vão ver se o trabalho dessas pessoas vai ou não ser
105 benéfico para o nosso concelho. Prevê-se € 50 para recuperação das escolas
106 primárias, pelo que não existe nenhum projecto. O único projecto social é o DAeR que
107 ainda bem que existe mas é o único. No ordenamento do território não há quase verba
108 nenhuma, chutando-se para 2015. Na rede de águas e esgotos e na rede viária as
109 verbas apresentadas não dão nem para uma rotunda, nem para uma estrada, nem para
110 esgotos. Não pode haver obra. Nas promessas eleitorais falou-se na requalificação do
111 mercado municipal, mas gostava de ver um projecto em condições com € 31.000. O
112 mesmo se passa com os € 5.000 para os armazéns municipais. Para isto não há
113 dinheiro mas há um vereador a tempo inteiro para gerir menos de € 1.000 por mês. Não
114 há dinheiro para obras e acção social mas sim para cargos políticos.-----

115 -----O senhor José Pires lembrou que o senhor Presidente da Câmara na sua
116 intervenção mencionou que este é o orçamento mais baixo da década e que era o ano
117 para arrumar a casa. Este orçamento é uma colecção de serviços, benefícios e
118 projectos não definidos, questionando onde estão os projectos para o Bombarral. Se um
119 vereador a tempo inteiro custa € 3.500 / mês, o que daria € 42.000 / ano, usando o rácio
120 aceite internacionalmente, esse vereador devia ter uma actividade programada de €
121 350.000. Se o vereador não tem mais de € 1.000 / ano isso deveria corresponder
122 apenas a € 83 / ano para o seu custo, pelo que gastar € 3.500 / mês é uma
123 irresponsabilidade total. Quando há buracos nas estradas e contentores não lavados
124 pagar-se a um vereador a tempo inteiro como se estivessemos na Noruega ou na
125 Suécia é viver acima das possibilidades. -----

126 -----O senhor José Victor (PS) disse que “talvez este seja o primeiro orçamento
127 em que existe uma honestidade no cálculo das receitas a cobrar no ano seguinte. Não
128 por filosofia do gestor, mas por exigência legal. As invenções de receita corrente como
129 a concessão de água por mais de três milhões de euros servirão para, mais tarde, os
130 historiadores poderem avaliar o rigor com que algumas contas autárquicas eram
131 apresentadas. Por outro lado, o Orçamento da despesa é simplesmente uma listagem
132 da dívida da Câmara Municipal a liquidar em 2014 acrescido dos encargos assumidos
133 para o ano, nomeadamente em termos de pessoal. Ou seja, a Câmara Municipal do
134 Bombarral está completamente atada para poder desenvolver actividades de apoio

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

135 social, cultural, desportivo, além das conservações e manutenções dos equipamentos
136 públicos. O esforço financeiro que obrigou ao sacrifício dos munícipes, dos
137 trabalhadores da autarquia, das freguesias e das colectividades com uma
138 arrecadação/poupança de mais de quatro milhões de euros durante o último mandato,
139 pouco reduziram o passivo e em nada contribuiu para o desenvolvimento público do
140 concelho. Ao longo dos últimos quatro anos houve um aumento de 42% na factura da
141 água e 27% no IMI, com algumas taxas a duplicarem o seu valor; houve a espoliação
142 dos subsídios de Natal/Férias, dinheiro que ficou na autarquia, reduzidos apoios sociais
143 e culturais. Tudo isto para que hoje a autarquia tenha uma dívida total de 9 milhões de
144 euros e fundos disponíveis negativos de 3,5 milhões de euros. Ou seja, a «recuperação
145 financeira» foi uma enorme farsa. Nunca a autarquia recebeu tanto em receita corrente
146 como nos últimos anos e o Sr. Presidente ainda afirma no seu preâmbulo que houve
147 uma redução acentuada das receitas próprias na autarquia do Bombarral. Tamanha
148 desfaçatez. As verbas inscritas para áreas que aponta como uma das prioridades do
149 executivo são ridículas: cem euros para actividades de inclusão, quinhentos euros para
150 recuperação de habitações (muito mais tem a Junta de Freguesia do Carvalhal para o
151 mesmo fim), cinco mil euros para o centenário do concelho (oito mil tem a União de
152 Juntas de Bombarral e Vale Covo para as comemorações do 25 de Abril), zero euros
153 para o desporto, zero euros para Festival do Vinho e Pêra Rocha. Além disto, as
154 manutenções dos edifícios públicos são desprezadas com a conseqüente degradação
155 desses investimentos: Estádio Municipal (ainda não foi substituído o produto que
156 mantém o relvado), Piscina Municipal, Espaço Internet, estradas, passadeiras. Veja-se
157 a degradação da nossa Praça do Município! A despesa básica da autarquia do último
158 mandato aumentou para cinco milhões de euros, o que revela um desnorte financeiro
159 para um concelho sem rumo. Ou seja, o volume da dívida da autarquia vai fazer parar a
160 CMB em 2014, onde, eventualmente, os funcionários para poderem trabalhar terão de
161 trazer os seus consumíveis. Mas mesmo conhecendo (pensamos nós!) a verdadeira
162 realidade da autarquia, o sr. Presidente resolveu, a troco de uma coligação estéril,
163 remunerar todos os vereadores da autarquia. Por ano, este executivo vai gastar cerca
164 de 270 mil euros em custos com cargos políticos, enquanto que apela ao voluntariado e
165 às parcerias dos munícipes. Uma hipocrisia de todo o tamanho. Pedir aos
166 bombarralenses sacrifícios, trabalho voluntário, enquanto coloca vereadores que não
167 têm qualquer verba para gerir. O custo da vereadora do CDS, eleita por cerca de
168 setecentos eleitores, custará ao município anualmente mais de cinquenta mil euros,
169 valor bem mais que superior da verba que tem disponível para gerir. Esse é o custo,
170 além da terceira vereadora do PSD, que os bombarralenses têm de suportar no seu
171 quotidiano para que o sr. Presidente veja aprovadas as suas propostas, algumas de
172 ilegalidade assumida. Esta Câmara gasta hoje em cargos políticos mais trezentos mil
173 euros que o seu antecessor. É muito dinheiro para quem diz que recebeu uma herança
174 difícil! Mas o que nos choca é o desapego dos senhores vereadores em não cumprir
175 deliberadamente a Lei dos compromissos, havendo despesas ilegais em dois milhões e
176 meio de euros, o que fez aumentar a dívida da câmara, colocando em causa a
177 sustentabilidade desta autarquia, que neste momento tem um deficit mensal de 50 mil
178 euros. Todo o esforço que pediu aos bombarralenses em nada resultou, porque só para
179 manter a câmara em funcionamento há um deficit anual de 600 mil euros. Ou seja, não

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

180 há dinheiro para novos projectos, novas obras, novos apoios. Nada nos afronta a
181 existência de vereadores em regime de permanência, porque a realidade autárquica
182 hoje é bastante exigente. Mas choca-nos que o sr. Presidente opte por gastar mais de
183 um milhão de euros em cargos políticos, quase metade do investimento do Centro
184 Educativo, quando a CMB não tem quaisquer verbas para exercer aquilo que os
185 municípios exigem de uma autarquia, e pelo qual lutaram os nossos antepassados há
186 cem anos. Choca-nos porque não aceitou a disponibilidade dos vereadores do PS em
187 exercer pelouros a custo nulo para a autarquia, compreendendo a difícil situação da
188 autarquia. Choca-nos porque dispensou dezenas de trabalhadores mais necessários ao
189 funcionamento desta autarquia do que alguns desses cargos políticos. Choca-nos
190 porque «goza» deliberadamente com o esforço de todos nós em pagarmos os nossos
191 impostos e serviços autárquicos e não termos aquilo que os nossos concelhos vizinhos
192 têm: acesso à cultura, apoio social, reabilitação urbana, serviços de elevada qualidade,
193 apoio ao associativismo. Choca-nos porque pagando a esses funcionários políticos não
194 paga aos bombeiros, às colectividades e IPSS, as crianças não têm transporte escolar
195 de qualidade e as freguesias não recebem o que deveriam receber. Choca-nos porque
196 gostamos do Bombarral.”-----
197 -----O senhor Presidente da Câmara questionou em que país é que o senhor
198 Ricardo Fernandes pensa que está. Está num país que encontraram tal como o governo
199 do PS o deixou. Não estão no país das maravilhas mas sim num país de dificuldades e
200 não é com discursos de bota abaixo que as vão vencer. Quanto aos investimentos
201 lembrou que a Câmara Municipal levou a efeito a requalificação da entrada sul e a
202 construção do centro escolar, que constituiu o maior esforço já feito nesta autarquia,
203 lembrando que agora as obras que se fazem têm de se pagar, não sendo como no
204 passado em que quem viesse a seguir que pagasse. Têm projecto feitos pela Câmara
205 Municipal para intervir no mercado municipal com vista a pô-lo a funcionar de forma a
206 que as pessoas o procurem. Haverá projectos da OesteCIM e projectos individuais de
207 cada Município. Disse estarem a desenvolver projectos sobre a batalha da Roliça e para
208 a requalificação da entrada Norte da vila, assim como a avenida Noroeste. Sobre o
209 centenário do concelho informou que existe a intenção de formar uma comissão que
210 será submetida à aprovação na próxima reunião de Câmara. Lembrou que todos os
211 Municípios que comemoram este ano 100 anos o fazem de forma contida. Quanto à
212 acção social disse que a mesma não é feita de sombrinhas e passeios a Fátima,
213 precisam é de boa vontade e de projectos que estão a ser trabalhados. Relativamente á
214 intervenção do senhor Samuel Carvalho referiu que quando disse que ninguém vai
215 comprar os terrenos, está a pôr em causa tudo. Provavelmente terão dificuldades em
216 vender mas é muito redutor dizer que ninguém os vai comprar. Sobre as escolas e não
217 haver dinheiro para as recuperar, disse que a Câmara Municipal cede escolas para
218 actividades de interesse público e os protocolos também não são como eram
219 antigamente, obrigando as associações a custear a água, luz e manutenção dos
220 espaços. Sobre as promessas eleitorais, de facto quer no mercado municipal, quer nos
221 armazéns municipais, quer em outras situações que serão feitas com muito esforço,
222 naturalmente vão empenhar-se e fazer o que ultrapassa o entendimento dos números
223 em orçamento. Sobre os vereadores a tempo inteiro disse que se os vereadores têm
224 pouco dinheiro para gerir será mais louvável o seu trabalho final, se positivo. Lembrou

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

225 que a Câmara Municipal dá muitos apoios indirectos e dará muito mais quando começar
226 a surtir efeitos o trabalho da pessoa que está a procurar apoios. O problema do
227 Bombarral é que nas opiniões expressas não devia ter vereadores. Têm que estar no
228 mínimo iguais aos pequenos Municípios que se muniram de meios humanos. As
229 Câmaras Municipais com mais rentabilidade começaram por ter o dobro do staff
230 político. Considerou que o senhor José Victor Silva apresentou o habitual discurso
231 negativo e pachorrento que será seguido pelo voto contra e pela respectiva declaração
232 de voto. Choca-o que da bancada do PS saia sempre mais do mesmo – bota abaixo,
233 voto contra e declaração de voto para corroborar o sentido destrutivo para o Bombarral.
234 Ficam todos a saber que para o senhor José Victor Silva a sua maior dor é a questão
235 da vereação e interiorizam que ele manteria a Câmara Municipal sempre em regime de
236 voluntariado. Estão a conseguir o retorno em algumas situações de impostos, IMI e IRS,
237 não os sugeridos mas sim os que são compatíveis com a situação financeira da
238 Câmara Municipal. Reforçou que pela primeira vez têm um orçamento próximo da
239 realidade. É um orçamento contido porque só assim podem preparar um futuro que se
240 avizinha difícil. As despesas correntes têm de diminuir. Com a ajuda de todos terão
241 alguns resultados. -----

242 -----A senhora D. Helena Santos (PS) disse não estarmos num tempo de vacas
243 gordas e o PSD deste mandato aprendeu com os erros do passado, mas lembra que a
244 proposta de venda dos armazéns da Fonte Velha já vêm dos mandatos anteriores.
245 Tendo como base a venda destes armazéns e as condições precárias dos
246 trabalhadores da Câmara Municipal no armazém de São Braz, onde se prevê colocar os
247 40 trabalhadores que vão sair da Fonte Velha, considera que não será com € 5.000 que
248 se criarão as condições para este número elevado de trabalhadores. Não vai falar do
249 centenário do concelho, pois pelo que vê nos orçamentos da Câmara Municipal e da
250 União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo, concerteza que o 25 de Abril terá
251 mais impacto do que as comemorações do centenário do concelho. O 25 de Abril é de
252 todos e o centenário do concelho é dos bombarralenses. Quanto ao mapa de pessoal
253 disse que gostava que alguém esclarecesse nos postos de trabalho a preencher a
254 questão de dois encarregados em regime de comissão de serviço. -----

255 -----O senhor José Victor Silva (PS) considerou que o senhor Presidente da
256 Câmara foge da realidade dos factos, nada tendo referido das questões principais.
257 Recordou que no início do último mandato o senhor Presidente da Câmara nomeou
258 todos os vereadores a tempo inteiro com o argumento de que iria reduzir a dívida da
259 Câmara Municipal. Isso não aconteceu e o senhor Presidente da Câmara ao longo do
260 mandato só teve um vereador a tempo inteiro e nunca manifestou qualquer dificuldade
261 em gerir a Câmara Municipal só com esse vereador. Muito estranham hoje que num
262 tempo de vacas magras o senhor Presidente da Câmara tenha nomeado mais dois
263 vereadores a tempo inteiro. Quando o senhor Presidente da Câmara diz que esses
264 vereadores são essenciais para levar a bom porto a estratégia e os vereadores não têm
265 verbas para fazer seja o que for, limitam-se a vir ver o expediente e a inventar algo para
266 ocupar o tempo porque não têm capacidade financeira. O senhor Presidente da Câmara
267 diz que é essencial a Câmara Municipal ter tantos vereadores a tempo inteiro mas num
268 orçamento de sete milhões de euros, três milhões são dívida e quatro milhões são para
269 compromissos assumidos. Quer os vereadores cá estejam quer não esses encargos

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

270 terão de ser geridos e o que resta são migalhas. Lembrou que os vereadores do PS,
271 tendo em conta a situação financeira, se disponibilizaram a custo zero, mas o senhor
272 Presidente da Câmara, arrogantemente, não aceitou essa oferta quando podia ter
273 poupado cerca de um milhão de euros em quatro anos, o que dava para fazer muita
274 coisa. Este não é o caminho certo e o senhor Presidente da Câmara vai ter muitas
275 dificuldades pois fez a opção de ter pessoas a ganhar dinheiro quando não há verbas.
276 Relativamente ao mapa de pessoal, lembrou que neste momento existe uma pessoa
277 em comissão de serviço noutra instituição pública e que pertence ao quadro da Câmara
278 Municipal do Bombarral. Se essa pessoa não prescindir desse lugar e com a aprovação
279 do concurso para outro técnico superior jurista, questiona como vai esse lugar ser
280 preenchido neste mapa de pessoal ou se vamos ficar com dois juristas.-----
281 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) renovou o pedido de informação sobre o
282 valor da venda dos terrenos do Falcão. Quanto às escolas deu o exemplo da escola do
283 Sanguinhal em que foi feito um protocolo, mas esta não foi usada para os fins
284 protocolados, a escola está mais degradada e a associação que nada fez recebeu a
285 escola do Carvalhal. Em relação á acção social se daqui a um ano o trabalho for feito a
286 CDU será a primeira a dar os parabéns, se não o senhor Presidente da Câmara terá de
287 tirar ilações. Referiu que não se consegue fazer nada com € 49.000 para a rede de
288 águas, € 35.000 para o saneamento ou € 62.000 para a rede viária. Considerou que foi
289 o PSD que fez o nosso concelho estar na ruína em que se encontra. Para o mercado
290 municipal se já projecto, com € 31.000 espera que seja bom e coloque o mercado a
291 funcionar e a levar lá pessoas. Quanto à avenida Noroeste disse que € 180.000 é um
292 valor avultado mas também os vereadores a tempo inteiro têm um valor avultado
293 porque em quatro anos vão levar € 200.000 para casa. -----
294 -----O senhor Presidente da Câmara reconheceu que os trabalhadores estão de
295 facto em condições precárias e é uma situação que se arrasta há muitos anos, tendo
296 passado por gestões que puderam fazer muito mas que nada fizeram. O que existe é a
297 vontade de fazer uma melhoria das condições juntando os dois estaleiros. Disse
298 defender que o 25 de Abril é de todos e o concelho é de todos, pelo que os 100 anos do
299 concelho serão participados por todos e terá uma comemoração condigna com o
300 envolvimento de outros municípios cujo centenário também se comemora este ano. ----
301 -----A senhora técnica superior Cidália Santos disse haver três lugares a ocupar
302 em regime de mobilidade interna. São lugares para funcionários a exercer funções
303 como encarregados mas que não recebem como tal porque não há condições em
304 termos legais para abrir concursos, pelo que está previsto é a colocação em mobilidade
305 mas sem valorização remuneratória.-----
306 -----O senhor Presidente da Câmara disse ser em tempos difíceis e com menos
307 recursos que se demonstra o trabalho em termos de procurar oportunidades e a
308 resolução dos problemas. Sendo os vereadores do PS funcionários do estado, pergunta
309 onde iriam arranjar tempo para trabalhar na resolução dos problemas. Referiu que a
310 Dr.ª Marina Lemos se encontra em sucessivas comissões de serviço, a última das quais
311 renovada há pouco tempo por mais três anos, pergunta se irão continuar reféns de uma
312 pessoa que está e vai ficar fora do Município. -----
313 -----A senhora técnica superior Cidália Santos disse que o mapa de pessoal
314 contém apenas os funcionários necessários ao serviço. A Dr.ª Marina Lemos está fora

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

315 do mapa de pessoal há longos anos e consta do mesmo. Lembrou que a mesma vai
316 continuar fora da autarquia mais três anos. Se houver uma interrupção da respectiva
317 comissão de serviço terá que haver uma alteração ao mapa de pessoal criando um
318 lugar para a técnica voltar ao serviço. -----
319 -----O senhor Presidente da Câmara disse desconhecer que a escola do
320 Sanguinhal tenha tido uma utilização diferente do protocolado. Quando entregaram a
321 escola ao Ligar á Vida esta não estava nas melhores condições e necessitando a
322 associação de mais espaço solicitaram a alteração para a escola do Carvalhal, o que foi
323 aprovado. -----
324 -----O senhor José Pires disse que a sua situação é privilegiada porque não está
325 ligado a nenhum partido, não recebendo ordens nem tendo disciplina partidária. O que
326 viu entristece-o, considerando que assim não vamos a lado nenhum pois não há diálogo
327 entre a oposição e a situação, o que é uma tristeza num país com tantas dificuldades e
328 numa Câmara Municipal em decadência financeira. Não existe o desejo de consenso, o
329 que é mau quando o orçamento vem mal definido, não havendo uma relação custo /
330 benefício. É necessário rentabilizar os vereadores mas isso só se faz com objectivos
331 bem definidos e dentro de um plano de trabalho bem definido. Se tivesse sido
332 apresentado um plano de trabalhos bem definido cada vereador podia valorizar isso.
333 Disse ter chegado a gerir mais de 100 milhões de euros com 200 pessoas, mas tinha de
334 ir buscar o dinheiro para pagar a essas pessoas com planos de trabalho bem definidos
335 e aqui não há esses planos de trabalhos. Outra coisa fraca é o argumento de que foi o
336 anterior presidente, pois há 20 anos que o PSD é responsável pela gestão da Câmara
337 Municipal do Bombarral pelo que há uma continuidade e de nada serve falar do anterior.
338 É altura de começar a trabalhar. O triste é sermos todos da mesma terra e não haver a
339 possibilidade de discutir um orçamento.-----
340 -----A senhora D. Fernanda Quadros (CDS) disse que "analisado o orçamento
341 para 2014, na mais absoluta generalidade, dir-se-á que o Município do Bombarral vai
342 sobrevivendo, não obstante a crescente necessidade de endividamento numa espiral de
343 diminuição de receita e tímida diminuição da despesa. Por esta razão e por se ter
344 decalcado o Orçamento do Ano anterior, 2013, pode ter-se perdido uma oportunidade
345 para alterar a utilização dos 4 milhões, para a aquisição de bens e serviços, em rubricas
346 que potenciassessem algum desenvolvimento, com óbvio recurso à iniciativa privada, para
347 o Concelho do Bombarral. Efectivamente o Conselho encontra-se posicionado nos
348 últimos lugares do Ranking do *INE* para a zona Oeste hoje tão na "moda" em Portugal.
349 Por outro lado não encontrei justificação técnica dos cortes de despesa efectuados.
350 Ficaremos assim sem saber se se poderia ter ido mais longe em renegociações de
351 contratos e sobretudo em racionalização de custos e também em eliminação dos custos
352 que não se justificam de todo. Assim nos pelouros distribuídos à vereadora que
353 representa o CDS, Rosa Guerra, as verbas são irrisórias, não obstante tratar-se da
354 acção social e desenvolvimento regional. Resta-nos confiar na sua energia como força
355 de mudança... O equilíbrio financeiro não deve ser um fim em si mesmo, embora só
356 seja de afastar quando exista uma sólida agenda para o desenvolvimento económico
357 com o envolvimento das entidades públicas, *maxime* autarquias, a participação da
358 iniciativa privada, empresarial ou mesmo associativa. Contudo esperar-se-ia que as
359 denominadas grandes opções do plano fossem constituídas por objectivos bem

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

360 identificados, *timings* razoáveis e sobretudo resultados quantificados. Será que se vai
361 apoiar a Agricultura de forma lúcida? Será que se vai falar da freguesia emblemática de
362 Carvalhal para a tornar ponto de visita obrigatória? Será que se vai falar dos Loridos? O
363 futuro o dirá e os resultados surgirão com o empenhamento de todos. Ouviu-se falar
364 nas reuniões da Assembleia Municipal da desnecessidade ou quase mesmo
365 irrazoabilidade da presença de tantos vereadores remunerados. Acontece que sempre
366 me quis parecer que um conselho que afecta 30 a 40% dos seus recursos à realização
367 das suas despesas de funcionamento administrativos e político, não está a ser
368 gastador. Ponto é que chegados ao final do exercício anual se verifiquem e
369 quantifiquem os resultados. Efectivamente os Municípios têm que prestar aos que nele
370 residem os melhores serviços, atendendo, esclarecendo os munícipes e melhorando
371 continuamente os procedimentos de trabalho utilizados Dos intervenientes políticos
372 esperam-se resultados que não serão difíceis de obter num Concelho em declínio.”-----
373 -----O senhor Presidente da Câmara disse que apresentam um orçamento
374 realista adaptado à realidade do Município, que não é mais do que o concelho estar a
375 procurar o equilíbrio da dívida, sendo a nossa das mais baixas da região. Estão a
376 conseguir estancar a despesa corrente com medidas redutoras das grandes despesas e
377 todos se aperceberam da dificuldade na feitura deste documento. Pela primeira vez
378 temos um orçamento que procura espelhar a realidade e não tem dúvidas que
379 conseguiu apresentar o orçamento mais próximo da realidade na última década. Estão
380 a impor uma gestão exigente e criteriosa para não defraudarem as expectativas dos
381 munícipes. O orçamento é simples e o mais exacto possível e estão conscientes que a
382 gestão do orçamento vai ser extremamente difícil. Devem ter uma consciência cívica e
383 política mais activa e é isso que se espera de todos os intervenientes políticos. -----
384 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) solicitou que seja respondida a questão
385 dos valores dos terrenos que a CDU já colocou duas vezes. -----
386 -----A senhora chefe da divisão financeira disse que os 3,8 milhões de euros
387 dizem respeito a vários terrenos, mas em termos de orçamento para suporte da
388 despesa só careciam de 1,8 milhões de euros, sejam de que terrenos forem. -----
389 -----O senhor José Rocha (PS) disse que “em síntese o Orçamento revela o
390 aumento da despesa corrente que não é compensado com o aumento da receita,
391 apesar do incremento em 27% em impostos directos, cujo significado indubitável para
392 os Cidadãos do Bombarral é pagarem mais impostos! A contrapartida é o aumento das
393 despesas estruturais (aquelas que perduram) em cerca de 340 mil euros! Como o Sr.
394 Presidente salienta não existirem investimentos previstos em novos projectos, daí que o
395 Orçamento global seja o menor em uma década; todavia mantém-se a intenção de
396 delapidar o Património em 1 milhão 850 mil euros, denunciador do desequilíbrio real do
397 Orçamento apresentado, porquanto a alienação dos imóveis não se concretizará, em
398 face do passado e ao invés do proclamado pelo Sr. Presidente, as taxas de IMI são as
399 mais elevadas nos concelhos limítrofes. Concluindo o Orçamento consagra o aumento
400 da despesa sem reciprocidade com receita real e estrutural, originando o incremento da
401 dívida, o que face à legislação irá conduzir a penalidades por parte do Poder Central
402 assim, que faço um apelo para que o senhor Presidente reveja o Orçamento com o
403 objectivo de reduzir as despesas estruturais.”-----

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

404 -----Foi deliberado por maioria com catorze votos a favor (12 do PSD e 2 do
405 CDS) e onze votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 do membro independente) aprovar o
406 orçamento, GOP e mapa de pessoal do Município do Bombarral para o ano de 2014.---

407 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

408 -----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor José Victor Silva (PS) declarou o
409 seguinte: “A opção da bancada do Partido Socialista em votar contra esta proposta de
410 orçamento da Câmara Municipal para 2014 é um voto de resistência de todos os
411 bombarralenses que não se revêem numa política de destruição contínua de um
412 concelho quase centenário e que reúne meios logísticos, meios humanos e geográficos
413 de ser um concelho de progresso e de referência no Oeste. Este orçamento é o
414 resultado de uma gestão incompetente que ao longo dos últimos quatro anos enganou
415 os bombarralenses, retirando aos seus serviços de água e saneamento, com o
416 argumento de que os dezasseis anos de gestão do PSD lhe haviam deixado uma dívida
417 imensurável, obstrutora de investimentos públicos e desenvolvimento económico. Votar
418 a favor deste orçamento é sancionar uma política financeira de empobrecimento da
419 autarquia que atua como guarda do cofre, preocupando-se unicamente em
420 sobrecarregar os munícipes bombarralenses em aumentos de impostos, taxas e
421 serviços, que unicamente servem para suportar os custos políticos de uma coligação.
422 Esta coligação custa aos munícipes cerca de duzentos mil euros anuais, em que
423 desavergonhadamente remunera-se vereadores cujo orçamento para a gestão de
424 novos projetos é um ínfima parte do seu custo salarial. Este orçamento é um espelho da
425 incompetência da gestão dos últimos anos, em que quase a totalidade da despesa é
426 para o pagamento da dívida e de encargos assumidos, o que não permite que a
427 autarquia possa desenvolver as tarefas para a as quais os BOMBARRALENSES há
428 quase 100 anos lutaram para que hoje fossem concelho. Este orçamento não possui
429 verbas para fomento do desenvolvimento económico, do apoio social, recreativo e
430 cultural e desportivo, ou seja, para a melhoria da qualidade de vida. A despesa com
431 alguns vereadores é majestaticamente superior às verbas que irão gerir: o apoio social
432 terá pouco mais de dez mil para sustentar novos projectos enquanto a Sra. vereadora
433 Rosa Guerra custará ao município mais de 56 mil euros por ano. A vereadora Norberta
434 Santos custará 25 mil euros por ano e não tem qualquer orçamento para gerir. Isto
435 enquanto o estádio municipal e a piscina deixaram de ter a manutenção desejável. Isto
436 enquanto se acabou com o apoio à terceira idade. Isto quando se deve a instituições de
437 solidariedade social os apoios aprovados. Isto quando se mandou literalmente para o
438 desemprego funcionários mais necessários ao funcionamento da autarquia do que a
439 permanência de vereadores aqui presentes. Mas sem qualquer vergonha o sr.
440 Presidente da Câmara apela ao voluntariado dos bombarralenses, não aceitando a
441 disponibilidade dos vereadores do Partido Socialista que a custo zero se propunham
442 ficar com pelouros que excelsamente o senhor presidente remunera aos do seu partido.
443 Onde está essa política de voluntariado e poupança de recursos que apela da parte dos
444 eleitos do Partido Social Democrata? O sacrifício a que foram sujeitos os munícipes, os
445 trabalhadores da autarquia, as juntas de freguesia e as colectividades que resultaram
446 num aumento da receita líquida de mais de quatro milhões no último mandato pouco ou
447 nada serviu para a dita recuperação financeira da autarquia. Hoje, a dívida ultrapassa
448 os nove milhões de euros, fundos disponíveis negativos de mais de três milhões de

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

449 euros e aumento do prazo médio de pagamentos. Além disso, a despesa básica de
450 funcionamento aumentou no último mandato. O «tal milagre da recuperação» foi uma
451 «treta» que o senhor Presidente fez vender aos seus correligionários e à sua
452 consciência para que em cada noite não tivesse pesadelos ou insónias. Votar a favor
453 deste orçamento é sancionar despedimentos a pessoas para posteriormente
454 trabalharem em voluntariado com promessas de contratos. Votar a favor deste
455 orçamento é sancionar um aumento de quase quatrocentos mil euros em cargos
456 políticos! Votar a favor deste orçamento é ter a pouca vergonha de aceitar que as
457 quantias de cem euros para a promoção da saúde, cem euros para encargos de
458 inclusão, cem euros para o centenário do concelho! Votar a favor deste orçamento é
459 sancionar uma gestão em que não se apresentam novos projetos para a revitalização
460 do concelho, para candidatura ao próximo quadro comunitário. Votamos contra este
461 orçamento com a consciência de que estamos a contribuir para o bem do nosso
462 concelho.” -----

463 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor Samuel Carvalho (CDU) declarou o
464 seguinte: “o grupo parlamentar da CDU da Assembleia Municipal do Bombarral vota
465 contra o orçamento, GOP e mapa de pessoal do Município para o ano 2014 dadas as
466 seguintes situações: -----

467 1. Verbas irrisórias para rubricas essenciais como agricultura, turismo, acção social e
468 cultura; ---- -----

469 2. As receitas de capital são fictícias, sendo que este é um primeiro passo para o seu
470 não cumprimento do orçamento 2014;-----

471 3. Para as GOP, rede de abastecimento de águas, requalificação de vias e rotundas,
472 existem verbas irrisórias que não permitem efectuar obra, apesar de serem obras de
473 referência; -----

474 4. Tendo votado contra a abertura do concurso para um técnico superior jurista que
475 concluíram não estar dentro da legalidade, não podemos apoiar um mapa de pessoal
476 que já conta com esse técnico num lugar a preencher;-----

477 5. Obras essenciais para o bem-estar da população e trabalhadores como o Mercado
478 Municipal e os estaleiros municipais têm verbas irrisórias e sem expressão para a sua
479 execução, preferindo este executivo o gasto do dinheiro público em cargos políticos.” --

480 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE**
481 **EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:** Foi presente a seguinte proposta da
482 Câmara Municipal do Bombarral: “considerando que:-----

483 a) A Câmara Municipal de Bombarral, em sua reunião ordinária do dia 19 de Dezembro
484 do corrente ano, aprovou, em minuta para produzir efeitos imediatos, a Proposta do
485 Exma. Sra. Vereadora do Pelouro das Freguesias, datada de 13 de Dezembro do
486 corrente ano com o título ACORDO DE EXECUÇÃO - COMPETÊNCIAS DELEGADAS
487 PELA LEI Nº 75/2013, DE 12.09, NAS JUNTAS DE FREGUESIA, que se anexa à
488 presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos; -----

489 b) Nos termos da *supra* citada deliberação, a Câmara Municipal de Bombarral: -----
490 1) Aprovou, nos termos das alíneas l) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, a *supra* citada
491 proposta de acordo de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia, conforme
492 minuta e considerandos da propositura *supra* identificada. -----

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

493 2) Aprovou submeter, nos termos e para efeitos do disposto na al. k) do nº1 do art. 25.º
494 do RJAL, a proposta aprovada a competente autorização da Assembleia Municipal. ----
495 -----Propõe-se que:-----
496 -----A Assembleia Municipal de Bombarral, na sua próxima sessão, nos termos e
497 para os efeitos do disposto na al. k) do nº1 do art. 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de
498 Setembro, rectificada pelas Declarações de Rectificação nº 46-C/2013 e nº 50-A/2013,
499 de 01 e 11 de Novembro respectivamente, que estabeleceu o novo regime das
500 autarquias locais (RJAL), delibere autorizar a celebração de acordo de execução nos
501 termos e condições constantes da deliberação melhor identificada na al. a) da presente
502 proposta.” -----
503 -----O senhor Presidente da Câmara disse que apresentam um acordo de
504 execução com as Juntas de Freguesia que foi elaborado com o que está determinado
505 na lei 75/2013, tendo a Câmara Municipal 180 dias para o elaborar. A novidade é que a
506 distribuição das verbas não é feita com base no FEF, tendo sido um acordo difícil
507 devido à escassez de meios. Admite que possa haver alguma insatisfação, mas
508 conseguirão afinar o que estiver menos correcto. -----
509 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que o PS não tem qualquer oposição a
510 este protocolo pela sua essência, já que houve aceitação por parte dos senhores
511 Presidentes de Junta de Freguesia. Este acordo tem que ter a aprovação da
512 Assembleia Municipal, mas o senhor Presidente da Câmara não tem verbas disponíveis
513 para viabilizar a contratualização o que é uma ilegalidade grosseira da parte dos
514 vereadores que aprovaram esta proposta desprezando a informação da senhora chefe
515 da divisão financeira. Não existem fundos disponíveis pelo que pergunta porque vamos
516 aprovar um contrato que cria expectativas infundadas às Juntas de Freguesia que vão
517 desenvolver as competências da Câmara Municipal e para as quais esperam verbas
518 que o senhor Presidente da Câmara promete mas que legalmente não pode pagar.
519 Alerta a Assembleia Municipal para as consequências da aprovação deste documento
520 nestas condições. Pergunta como é que o senhor Presidente da Câmara vai pagar às
521 juntas de Freguesia quando a Câmara Municipal tem um deficit anual de € 600.000 e
522 fundos disponíveis negativos de 3,5 milhões de euros. -----
523 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) disse que a CDU reconhece a
524 importâncias das Juntas de Freguesia e do seu trabalho junto das populações. Tal
525 como foi dito pela senhora chefe da divisão financeira não há verbas pelo que a
526 proposta vai contra a lei 8/2012, pelo que podem incorrer em ilegalidade. Pensa que a
527 situação é clara. A CDU defende que os valores não devem ser apresentados de forma
528 avulsa mas sim perante a apresentação de obras concretas.-----
529 -----O senhor José Pires disse ter ficado totalmente embrulhado com a
530 discussão, perguntando se vão ou não votar algo para a qual não há dinheiro e que tem
531 um parecer negativo de um órgão responsável da Câmara Municipal. Não estamos na
532 Nigéria, mas é algo surrealista. -----
533 -----A senhora D. Fernanda Quadros (CDS) disse que a administração autárquica
534 do concelho se desenvolve entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, não
535 tendo este compromisso eficácia externa. São transferidas verbas o âmbito da
536 possibilidade que a Câmara Municipal tem ou não de cumprir.-----

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

537 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que a intervenção que o precede vai
538 no sentido de que existe legalidade porque há transferência de verbas entre entidades
539 públicas o que não está contemplado na lei 8/2012 e vai contra a informação da chefe
540 da divisão financeira. O que a lei diz peremptoriamente é que não pode haver qualquer
541 assunção de compromissos sem que a Câmara Municipal tenha verbas disponíveis o
542 que não sucede neste momento. Não vale a pena baralhar as contas. Têm que ter uma
543 informação se se está a apresentar uma proposta inconsequente do ponto de vista
544 legal, criando problemas às Juntas de Freguesia que têm a expectativa de uma receita
545 que não vão receber. -----

546 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não se recordar se o
547 ano passado quando veio à Assembleia Municipal o protocolo de delegação de
548 competências nas Juntas de Freguesia, qual era o parecer sobre se havia fundos
549 disponíveis. Se não havia esse parecer pergunta como foi esta questão ultrapassada.
550 Nesta situação em que há um protocolo assinado há 16 anos ou mais com as Juntas de
551 Freguesia, o seu entendimento é que é uma despesa com carácter permanente. Se
552 todos os anos houve este protocolo, questiona como não há verbas para uma situação
553 destas. Há um contra-senso na lei. Há juristas na presidência do Conselho de Ministros
554 que não partilham da interpretação técnica que aqui é feita sobre os fundos disponíveis.
555 Se a Assembleia pede a aquisição de um livro de presenças, também é dada a
556 informação de que não há fundos disponíveis, mas esta é uma despesa que existe
557 desde o 25 de Abril. As coisas não podem continuar assim porque se não continuamos
558 constantemente com estes problemas Nunca foi muito favorável a esta lei mesmo
559 quando ela estava a ser elaborada e a verdade é que continuamos com problemas no
560 Bombarral e em dezenas de Câmaras Municipais. Há que clarificar uma série de coisas.
561 Esta proposta vai ser votada mas a responsabilidade do documento chegar à
562 Assembleia Municipal desta forma é da Câmara Municipal. -----

563 -----O senhor Presidente da Câmara disse que se levarmos os fundos
564 disponíveis à risca fechariam mais de 50% das instituições públicas. Neste caso as
565 Câmaras Municipais transferem competências para as Juntas de Freguesia e não há
566 compromissos com eficácia externa. Reiterou que se os fundos disponíveis não forem
567 ultrapassados mais de 50% das Câmaras Municipais fecham, existindo uma
568 flexibilidade nestes actos de extrema necessidade. Descalabro seria ultrapassar os
569 fundos disponíveis para fogos de artifício ou conjuntos musicais. O endividamento é
570 muito relativo e será colmatado com a recuperação da situação financeira. -----

571 -----A senhora D. Fernanda Quadros (CDS) disse que no âmbito da
572 administração do concelho as duas entidades interagem e estão profundamente
573 interligadas. Considerou que as Juntas de Freguesia não podem ignorar a situação
574 financeira do Município que assume compromissos com elas. É esta a realidade de um
575 enquadramento normativo específico. -----

576 -----O senhor Presidente da Câmara disse que vamos pagar às Juntas de
577 Freguesia da mesma forma que pagarão qualquer ocorrência a nível da saúde pública e
578 outras urgências necessárias. As verbas estão orçamentadas e resultarão do
579 cumprimento do orçamento e do esforço para ampliar a receita para além de um
580 orçamento esmagado. -----

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

581 -----Foi deliberado por maioria com catorze votos a favor (12 do PSD e 2 do
582 CDS) e onze votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 do membro independente) aprovar a
583 proposta de acordo de execução competências delegadas pela lei nº 75/2013, de 12.09,
584 nas Juntas de Freguesia constante do anexo I à presente acta. -----

585 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

586 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor José Victor Silva (PS) disse que tendo
587 em conta que o senhor Presidente da Câmara, como habitualmente, não responde às
588 questões colocadas pela Assembleia Municipal, escudando-se num discurso redondo e
589 pachorrento, os elementos do PS não estando contra este acordo de execução, tendo
590 em conta que o mesmo é necessário para execução das competências das Juntas de
591 Freguesia, mas tendo em conta o obstáculo legal subscrito pela senhora chefe da
592 divisão financeira, votaram contra porque estão em causa expectativas infundadas às
593 Juntas de Freguesia. -----

594 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor José Henrique Silva (CDU) declarou o
595 seguinte: “o grupo parlamentar da CDU vota contra a proposta de acordo de execução
596 de competências delegadas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nas Juntas de
597 Freguesia devido às seguintes razões: -----

598 1. Pelo parecer desfavorável da divisão financeira sobre a inexistência de fundos
599 disponíveis do Município para o ano em curso, indo contra o que está previsto na lei
600 8/2012;-----

601 2. Defendermos que a transferência deve ser feita em função da obra apresentada
602 através de projectos e não através de fundos avulso.”-----

603 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE**
604 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE BOMBARRAL:** O senhor Samuel
605 Carvalho (CDU) disse que na execução de todos os tipos de ramais estão previstos
606 tubos PAD mas pela experiência que tem deviam ser PVC. -----

607 -----O senhor Presidente da Câmara registou esta sugestão técnica,
608 reconhecendo que as situações regulamentares nem sempre estão correctas. -----

609 -----Foi deliberado por maioria com 15 votos a favor (12 do PSD, 2 do CDS e 1
610 do membro independente) e 10 abstenções (7 do PS e 3 da CDU) aprovar o
611 Regulamento de Abastecimento de Água do Município do Bombarral.-----

612 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

613 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que cada grupo
614 municipal informe o nome do coordenador do grupo e dos elementos da comissão
615 permanente. Relativamente à comissão permanente informou que têm informação da
616 divisão financeira de que não há fundos disponíveis, pelo que vão ver como resolvem
617 esta questão.-----

618 -----
619 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:00 horas foi a sessão encerrada e
620 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
621 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

622

623 O Presidente:

624

625 O 1.º Secretário:

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

626

627 O 2.º Secretário:

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

ANEXO I

ACORDO DE EXECUÇÃO

COMPETÊNCIAS DELEGADAS PELA LEI Nº 75/2013, DE 12.09, NAS
JUNTAS DE FREGUESIA

Considerando e reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, fruto da sua proximidade com as populações, que resulta numa assinalável mais valia a todos os níveis como tem sido patente nos anos anteriores, e que importa consolidar numa época de dificuldade generalizada.

Considerando ainda que:

a) A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação nº 46-C/2013 e nº 50-A/2013, de 01 e 11 de Novembro respetivamente, que estabeleceu o novo regime das autarquias locais (RJAL), dispõe no seu artigo 132º, a delegação de diversas competências nas Juntas de Freguesia.

b) Por via daquele diploma legal são ampliadas as competências das juntas de freguesia. Neste particular, destaca-se o facto de serem legalmente delegadas nas juntas de freguesia diversas competências dos municípios, designadamente competências de controlo prévio e fiscalização em matérias como a utilização e ocupação da via pública, afixação de publicidade ou limpeza da via e espaços públicos.

c) Nos termos do artigo 133.º e seguintes do mesmo normativo legal estabelece-se que esta delegação deverá ser concretizada um prazo de 180 dias através da celebração de acordos de execução que prevejam expressamente os recursos humanos, materiais e financeiros necessários e suficientes para o exercício de todas ou algumas das competências previstas;

d) As Juntas de Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, dispõem de uma capacidade de actuação local privilegiada na medida em que a dimensão da unidade territorial das freguesias proporciona à respectiva autarquia intervenções céleres e

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

658 oportunas em ordem à satisfação de necessidades e à resolução de problemas
659 emergentes;

660 **e)** A acção meritória que as Juntas de Freguesia têm vindo e podem vir a desenvolver;

661 **f)** A necessidade de adequar às necessidades destas Autarquias Locais os recursos a
662 transferir.

663 **g)** A negociação do presente Acordo de Execução, que concretiza a delegação de
664 competências, obedeceu aos seguintes princípios, conforme definidos no art. 121.º em
665 articulação com o art. 135.º ambos do RJAL:

666 ✓ Igualdade e não discriminação – segundo critérios relacionados com a
667 caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as
668 freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial;

669 ✓ Estabilidade;

670 ✓ Prossecução do interesse público;

671 ✓ Continuidade da prestação do serviço público;

672 ✓ Necessidade e suficiência de recursos.

673 **h)** Foi elaborado o presente projeto de acordo de execução a celebrar com as Juntas de
674 Freguesia do Concelho de Bombarral, fundado nos estudos que se revelaram
675 necessários de modo a que a concretização da transferência de competências
676 assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

677 ✓ O não aumento da despesa pública global;

678 ✓ O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais;

679 ✓ Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das
680 autarquias locais;

681 ✓ O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a
682 promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a
683 melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização
684 dos recursos disponíveis.

685 ✓ A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

686

687 Assim, tenho a honra de propor que:

ATA N.º 01/2014 – Reunião de 10 de Janeiro de 2014

- 688 1) A Câmara Municipal, nos termos das alíneas l) do nº 1 do artigo 33º do RJAL,
689 delibere aprovar a presente proposta de acordo de execução a celebrar com as
690 Juntas de freguesia, conforme minuta em anexo.
- 691 2) Submeta, nos termos do disposto na al. k) e m) do nº1 do art. 25.º do RJAL, a
692 proposta aprovada pela Câmara Municipal a autorização da Assembleia
693 Municipal.
- 694